

ENTRE ESTAR NA CASA E ESTAR EM CASA: MODOS DE SER CRIANÇA EM UM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Roseli Nazario – PPGE UFSC

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O texto consiste em um recorte de uma pesquisa que analisou como crianças de 0 a 6 anos experienciam suas infâncias no contexto de um programa de acolhimento institucional. A análise dos dados se deu na mediação entre os estudos da infância - a partir da Educação Infantil e do campo de teorização sobre acolhimento institucional - e os conhecimentos que emergiram da pesquisa etnográfica, na interlocução entre diferentes áreas disciplinares e da legislação. Estabelece como ponto de relevo que a composição espaço-temporal posiciona um discurso institucional revelador do lugar das crianças *NA Casa*. A cronologia do tempo instituído como um tempo provisório, do ponto de vista dos adultos, é experienciado pelas crianças por outra temporalidade, de acordo com que lhe é próprio: um tempo recursivo, não linear, sem medida. As narrativas das crianças indicam outros sentidos atribuídos a *Casa*(Lar), dando-lhe identidade e pertença particular. As experiências de acolhimento, sob a prerrogativa das crianças como sujeitos que se apropriam, reinventam e reproduzem o mundo, sugerem a possibilidade de um estar *EM Casa*.

Palavras-chave: Criança, Infância, Acolhimento Institucional.

ENTRE ESTAR NA CASA E ESTAR EM CASA: MODOS DE SER CRIANÇA EM UM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Este texto consiste em um recorte da pesquisa realizada em um contexto de acolhimento institucional, onde pude observar e argumentar sobre a ação das crianças que lá vivem e sobre as suas relações com o tempo. O tempo institucional e o tempo presente de vida das crianças são por mim representados através dos registros de pesquisa *NA CASA* e *EM CASA* e, com isso, pretendo tematizar possíveis diálogos entre os conhecimentos produzidos acerca da Educação Infantil e as políticas de acolhimento institucional à infância. A pesquisa em questão consistiu em uma etnografia, a qual se

pautou em um conjunto de procedimentos metodológicos que possibilitou eleger as crianças pequenas como principais interlocutoras do processo investigativo e teve como pergunta central: *como crianças de 0 a 6 anos experienciam suas infâncias no contexto de um programa de acolhimento institucional?*

Para tanto, recorri ao uso de registros escritos e recursos visuais como a videogravação e, em especial, as fotografias, tomando-as para análise a partir de duas perspectivas distintas, entretanto, diretamente relacionadas. Uma das perspectivas diz respeito às imagens acessadas no arquivo da instituição, tomando-as como um “conjunto narrativo de história” (MARTINS, 2008) daquele contexto e que precisava ser (re)criado para entender a trajetória do acolhimento na cidade em que esta instituição está instalada. Já as imagens que produzi ao longo da pesquisa de campo serviram como forma de aproximação para ouvir as crianças, atenta as suas experiências de acolhimento.

Durante os quatorze meses de permanência em campo foi possível o encontro com 65 crianças, considerando que houve aquelas que permaneceram períodos mais ampliados, e outras, um curto espaço de tempo. Entretanto, a participação na pesquisa não ficou condicionada ao tempo de sua permanência naquele contexto, mas sim a intensidade na sua relação com seus pares, com os adultos, com o espaço.

A mediação entre os Estudos da Infância - a partir da Educação Infantil e do campo de teorização sobre acolhimento institucional - e os conhecimentos que foram emergindo da pesquisa etnográfica potencializou a interpretação acerca das dinâmicas próprias da *Casa*, da sua história, das especificidades que contornam uma proposta de acolhimento e, sobretudo, do modo como as crianças significam suas experiências neste lugar. A partir desta intersecção, me inaugurei em um outro modo de pensar as crianças e de enfrentar a linha do *lado de fora* da Educação Infantil e habitei o *lado de dentro* de um contexto de acolhimento institucional, produzindo nesta *dobra* (DELEUZE, 2010) a multiplicidade da experiência do *dentro-fora*. Ou seja, pelas dobras do *dentro-fora*, foi possível *des-pensar* a Educação Infantil a partir de um lugar tecido sobre e com as crianças em um contexto de acolhimento institucional.

Pela experiência do *dentro-fora*, construída a partir da *travessia por terras de ninguém*¹, pude habitar o “*território de fronteira*” (SANTOS, 2006) entre a história dos Abrigos e a trajetória histórica das Creches, sendo possível perceber as similitudes

¹ Expressão de Elis Regina, da música “terra de ninguém”, tomada com um “lugar cheio de incerteza”.

destas instituições. Este movimento implicou “ter de inventar tudo, ou quase tudo, incluindo o próprio acto da invenção”, para novamente usar os termos de Santos (2006, p. 348). Porém, mesmo sabendo, de antemão, que me colocar nesta posição sugeriria, simbolicamente, enfrentar uma condição instável, incerta e, até certo ponto, precária, assim o fiz por entender que “viver na fronteira significa viver fora da fortaleza, numa disponibilidade total para esperar por quem quer que seja [...]. Significa prestar atenção a todos os que chegam e aos seus hábitos diferentes, e reconhecer na diferença as oportunidades para o enriquecimento” (SANTOS, 2006, p. 350).

Seguindo este percurso, fui atravessada por outro modo de conceber a infância, impedindo a constituição de um conceito fechado, privado e puro de infância, de modo a pensá-la “naquilo que ela nos incita, nos perturba, nos marca, nos atormenta, nos cativa” (DORNELLES, 2005, p. 79), na sua pluralidade e não por onde, costumeiramente, aprendemos a pensá-la, pelo seu mero estado de passagem para a vida adulta, como um *vir-a-ser*.

Deste modo, acessei o dia a dia da *Casa(Lar)*², seu cotidiano e suas rotinas, deparando-me com crianças e adultos que (*com*)vivem neste espaço.

A princípio, considera-se importante trazer, mesmo que brevemente, o entendimento sobre o que seja rotina e cotidiano, informando que tais conceitos ajudam a entender a dinâmica de organização da *Casa(Lar)* e que os mesmos seguem as indicações de Maria Carmen Silveira Barbosa (2000), ao tratá-los na Educação Infantil.

Para esta autora,

As rotinas podem ser vistas como produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia-a-dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade. São rotineiras um conjunto de atividades, como cozinhar, dormir, estudar, trabalhar e cuidar da casa,

² A expressão “*Casa(Lar)*” - recorrendo ao recurso do itálico e dos parênteses - será utilizada no decorrer do texto quando fizer referência ao contexto onde foi realizada a pesquisa de campo. Esta escolha *foge* ao preceito defendido pelas “Orientações Técnicas” publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2009), quanto aos diferentes serviços de acolhimento: Abrigo Institucional, Casa Lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e República, visto que o contexto da pesquisa constitui em um “abrigo institucional”, o qual presta um “serviço que deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade” (BRASIL – MDS, 2009, p. 63). Porém, essa expressão foi cunhada a partir da junção do termo “casa” - comumente utilizado pelas pessoas quando se referem a este lugar -, e “lar” - termo presente na nomenclatura oficial da instituição. Portanto, essa escolha gráfica - *Casa(Lar)* - se deu visando não confundir este equipamento com o “serviço de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente - em uma casa que não é a sua - prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo” (BRASIL – MDS, 2009, p. 69), legalmente reconhecido como casa lar.

reguladas por costumes e desenvolvidas em um espaço e tempo social definido e próximo, como a casa, a comunidade ou o local de trabalho. É preciso aprender certas ações que, com o decorrer do tempo, tornam-se automatizadas, pois é preciso ter modos de organizar a vida. Do contrário, seria muito difícil viver se, todos os dias, fosse necessário refletir sobre todos os aspectos dos atos cotidianos. Em contraposição à rotina, o cotidiano é muito mais abrangente e refere-se a um espaço-tempo fundamental para a vida humana, pois é nele que acontecem tanto as atividades repetitivas, rotineiras, triviais, como também é o *locus* onde há a possibilidade de encontrar o inesperado, onde há margem para a inovação, onde se pode alcançar o *extraordinário do ordinário* ([Lefebvre,1984, p.51] BARBOSA, 2000, p. 43. Grifos no original).

Assim, a partir do entrecruzamento do rotineiro e dos acontecimentos presentes na *Casa(Lar)*, trato de como se deu minha inserção neste lugar, ora pela organização apresentada por uma profissional da instituição, noutra, apresentada por uma criança de 6 anos e 6 meses de idade, dos quais 2 anos e 3 meses foram vividos nesta instituição.

Entrando NA Casa(Lar)... pelas mãos do adulto

Nota de Campo 1: A inserção na *Casa(Lar)*

Nota de Campo 1: A inserção na *Casa(Lar)*

Data: 09 de maio de 2011.

Tarde de segunda-feira, tempo nublado, temperatura amena. São 13h45m e chego à recepção da *Casa(Lar)*, me apresento para a atendente e peço para conversar com a equipe técnica, com a qual já havia tido outros contatos anteriores para esclarecimentos iniciais sobre a pesquisa, discussões sobre o termo de consentimento e para combinar detalhes sobre as observações e sistematização dos registros que viriam a ser produzidos no decorrer da pesquisa de campo. Imediatamente sou encaminhada à sala da equipe, espaço em que ocorreu uma breve conversa de boas vindas e de onde saímos para acessar o espaço da *Casa* ocupado pelas crianças. Uma das profissionais da equipe técnica me acompanhou até a sala de estar, onde estavam duas educadoras e um bebê. [...]. No trajeto entre a sala administrativa e a sala de estar ela foi dizendo da composição espacial: “*esta é a sala das educadoras, onde elas deixam suas coisas; para lá [indicando com a mão] são os quartos das meninas e dos bebês; aqui é o refeitório e esta é a sala onde as crianças acabam ficando mais tempo*”. Mencionou meu nome para as educadoras, disse que eu faria minha própria apresentação para elas e, em seguida, saiu da sala [...]

Fonte: Banco de dados/registo da autora.

Na primeira inserção aos espaços mais *íntimos* da *Casa(Lar)* — aqueles que são habitados cotidianamente pelas crianças e que se apresentam à parte das instalações da sala da psicóloga e da assistente social —, juntamente com uma das profissionais fui passando por um corredor estreito e com pouca luminosidade, composto por portas que dão acesso a diferentes espaços (banheiros, sala das educadoras, quartos de meninas e

de bebês), com paredes decoradas por 3 quadros com personagens de desenhos animados infantis, todos pendurados bem no alto.

Alguns passos após a entrada deste corredor, chegamos ao refeitório, um espaço composto por uma mesa e dois bancos baixos, outra mesa pequena e mais alta em um dos cantos. A porta de acesso à cozinha é dividida em duas partes, sendo que a parte de baixo era mantida fechada e impedia não somente o acesso físico das crianças, mas também seu acesso visual à cozinha. Ao mesmo tempo possibilitava um certo *controle*, a partir da cozinha, sobre quem ocupa e como ocupa o refeitório. Alguns cercadinhos e cadeirões altos faziam parte deste lugar, todos encostados nas paredes laterais, juntamente com um quadro-mural de cortiça com anotações sobre os horários de mamadeiras dos bebês, e outro branco com anotações sobre horários de atendimento médico, de fisioterapia ou vacina das crianças. Noutra parede estava o quadro de aniversariantes, confeccionado com material emborrachado (E.V.A.), em forma de balões. O ingresso à sala de estar era feito por uma porta que seguia o modelo da porta da cozinha, isto é, dividida de forma que a parte inferior fosse maior que a parte superior, com o trinco fora do alcance das crianças, evidenciando uma hierarquia que regula a ordem e a disciplina na utilização deste espaço.

Na sala de estar não havia evidências ou marcas da presença de crianças nesta *Casa*, a não ser por um único brinquedo deixado no chão e uma prateleira suspensa à altura dos adultos, na qual continha alguns brinquedos de pelúcia.

Esta breve descrição, feita a partir de anotações mais detalhadas constantes no diário de pesquisa, aponta a curiosidade com que adentrei naquele lugar e percorri seus corredores, refeitório e sala, sem encontrar marcas que pudessem contribuir para a constatação de que aquela *Casa* era habitada por muitas crianças. No curto percurso entre a sala da equipe técnica e a sala de estar um *turbilhão* de perguntas me veio à mente: onde estão as crianças desta instituição? Quem são as pessoas que habitam este lugar com paredes tão limpas e impessoais? De que maneira os poucos artefatos dispostos nas paredes dizem dos modos de ser das crianças neste contexto? Quais os efeitos produzidos pela arquitetura da divisória das portas da cozinha e de sala de estar? Podemos inferir uma interdição do olhar da criança pela parte inferior da porta, ao mesmo tempo em que a parte superior assegura a manutenção do olhar adulto sobre elas?

Identifico nesta rápida passagem indícios de uma cultura institucional marcada pela hierarquia e impessoalidade do/no arranjo espacial, marca esta que foi se

apresentando mais intensamente com o passar do tempo dentro daquela *Casa*, frente à constatação da presença de poucos objetos que marcavam a singularidade de cada criança naquele espaço, como objetos pessoais trazidos das suas casas ou recebido de presente no momento em que moravam na *Casa(Lar)* e que pudessem receber o estatuto de “meu” (meu carrinho, meu tênis, minha cama).

Destaco, entretanto, que essa impessoalidade, ora marcada pelas concepções que historicamente norteiam as ações sociais nestes locais³, noutras, pela falta de condições estruturais, as quais impedem a ação prática e reflexiva dos adultos que atuam profissionalmente nesses contextos⁴, não impossibilita que, embora timidamente, crianças e adultos exercitem a construção de um espaço em que a personalidade se faça presente, como por exemplo, o nome de alguma criança em uma determinada gaveta ou ainda em um brinquedo⁵.

Esta questão da impessoalidade pode ser constatada também ao considerarmos o marco legal que trata da mudança paradigmática da *situação irregular do menor* (Lei 6.697/1979 – Código de Menores) para a *proteção integral à infância* (Lei 8.069/1990 – ECA).

O serviço deve ter **aspecto semelhante ao de uma residência** e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. (Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento – CONANDA/CNAS, 2009, p. 63).

A partir das Orientações Técnicas, percebe-se que a marca da impessoalidade foi atribuída sobre o plano de referência de uma política de proteção à infância (ECA – lei 8069/1990), entretanto, também se encontra nestas Orientações uma idealização sobre os contextos que incidem nas vidas das crianças (traduzida no texto legal pela expressão “aspectos semelhantes”), desconsiderando formas de convivências anteriores que não sejam marcadas por *padrões de dignidade* ou em *ambiente acolhedor*.

Enquanto caminhava com a profissional da equipe técnica pelos espaços da instituição e que me era apresentada a composição espacial, indicando o lugar de dormir

³ Goffmann atribui a impessoalidade como característica das instituições totais

⁴ É difícil a possibilidade de, por exemplo, organizar o armário das roupas ou calçados das crianças quando estas peças chegam da lavanderia, atribuindo cada objeto a seu devido/a dono/a, levando em conta a quantidade de crianças, a similaridade nas suas estaturas físicas, bem como as constantes entradas e saídas de crianças da *Casa(Lar)*.

⁵ Fotografias feitas pela autora dão consistência para esta afirmação.

das meninas, dos bebês maiores ou menores, esta fala posiciona o discurso institucional que revela o lugar das crianças *NA casa*, inclusive apontando o local “onde as crianças acabam ficando mais tempo”. A fala desta profissional acaba por traduzir um lugar institucionalizado pelos adultos-profissionais na sua relação com os espaços destinados às crianças. A ocupação que as crianças fazem nesta sala não se dá no plano das suas escolhas, mas está implicada na forma como o cotidiano e as rotinas são organizadas pelos adultos deste lugar.

No decorrer dos quatorze meses de observações na *Casa(Lar)* confirmou-se o indicativo da profissional da equipe técnica quanto ao uso prolongado do espaço da sala de estar por parte das crianças, desde a sua chegada da creche até o momento de se recolherem, onde permaneciam assistindo TV e brincando não somente com os brinquedos dispostos em um armário com acesso a elas, mas também com cobertores, colchas, almofadas que compunham a organização deste lugar. A presença dos adultos nesta sala era constante e contornada pelo controle sobre as ações das crianças, evitando que se machucassem, intervindo em possíveis conflitos que pudessem acontecer, bem como assegurando a preservação do espaço e dos objetos/brinquedos ali presentes.

Ao me dispor a habitar a *Casa(Lar)* como pesquisadora, para observar mais detalhadamente as crianças neste espaço, fui interpelada pelas educadoras a ocupar este lugar de controle, quando elas se retiravam da sala frente a minha chegada, mas que retornavam sempre que as situações vivenciadas entre as crianças eram interpretadas como conflituosas, exigindo uma intervenção por parte delas. Também as crianças me interpelavam quando me convocavam a assumir o papel de adulto significado por elas dentro da instituição: de apaziguadora de conflitos, de acolhedora de queixas sobre outra criança, de mediadora nas disputas por algum brinquedo.

Por vezes, me vi na condição de pesquisadora habitando a lógica institucional do adulto *NA Casa*, intervindo nas relações entre as crianças pelo caminho que era convocada. Esta constatação percebida e refletida nos momentos de produção dos registros, sobretudo, quando retornava aos registros fílmicos, onde mais nitidamente me via exercendo atitudes de controle sobre as crianças. Nestes momentos, os aportes que demarcam as pesquisas com crianças contribuíam para problematizar esta percepção sobre a ordem discursiva e instituída *NA Casa*.

Revela-se, deste modo, que esta ordem discursiva e instituída produz efeitos sobre a organização institucional em que habitam sujeitos adultos e crianças que tecem suas relações sobre estas circunstâncias.

Entrando EM Casa... pelas mãos de João

Na mesma tarde, minutos após a minha inserção na *Casa(Lar)*, mediada pela profissional da equipe técnica, fui privilegiada ao ser escolhida por João grande (aquele menino de 6 anos e 6 meses, dos quais 2 anos e 3 meses foram vividos dentro desta instituição) para conhecer a casa, fazendo com que me sentisse mais **EM Casa**.

Nota de Campo 2: A *Casa(Lar)* apresentada por João

Nota de Campo 2: A *Casa(Lar)* apresentada por João.

Data: 09 de maio de 2011.

[...] João grande, como é comumente chamado na *Casa(Lar)* pelas outras crianças, me pega pela mão, vai até um dos quartos e anuncia que “*esse é o quarto dos meninos e eu durmo na cama de cima*”. Depois vai citando os nomes de cada um dos outros meninos que dormem naquele quarto e apontando a cama que cada um deles ocupa. Junto desta explicação seguem outras, tais como “*a noite às vezes a gente brinca cada um na sua cama, quando a tia deixa*”. Sai deste quarto dizendo isso e me segurando pela mão, entra na porta ao lado e diz que neste “*só de vez em quando dorme alguém aqui*”. Passa pela porta do banheiro, para, olha-me com uma leve expressão de sorriso e fala de forma bem marota: “*aqui a tia sabe o que é, né?*”. Respondo-lhe sorrindo que “*acho que sei*”. Seguimos nossa andança para um outro corredor e passamos por outro banheiro, quando novamente ele somente sorri e diz “*mais um*”. Anda mais alguns passos e chega em um quarto e logo vai dizendo de quem são as camas: “*da Aline, da Dani, da Lola, daquela que eu não lembro o nome, da chata da Amábile, de todas elas mais grandes*”. A cada nome dito, para uma cama ele apontava, indicando o lugar de cada uma delas. Tal fato me deixou bastante curiosa, no sentido de que ele dormia em outro quarto, mas sabia o lugar em que cada uma das meninas dormia. Será que conversam sobre isso? Será que o tempo que estão na *Casa* as crianças ocupam efetivamente todos os espaços, como se realmente estivessem em casa? Com estas perguntas em mente sigo João grande que já está diante de uma porta formada por duas partes (cortada ao meio), sendo que a parte de baixo estava fechada e que impedia-o de olhar para dentro. Foi logo me dizendo que ali era o “*quarto dos bebês bem pequenininhos*”, e que a porta ao lado era “*dos bebês maiorzinhos*”. Feitas estas apresentações, João se dirigiu para a sala de onde saímos e a mim só coube segui-lo. Já na sala voltei a conversar com ele, perguntando sobre o que faziam nos outros espaços da casa, como nesta sala em que estávamos e no parque externo. João iria começar a falar, mas parou de repente e ficou bastante atento à TV. Achei melhor não puxar mais conversa. [...].

Fonte: Banco de dados/registro da autora.

Nesta apresentação da *Casa(Lar)*, feita por João grande, aprendo que o quarto, a sala ou o banheiro não são algo isolado no espaço, mas sim um “ambiente como um todo, com seus sons, cheiros, aromas, uma totalidade vivencial” (LOPES, 2011, p.29) e que, por isso, tem um potencial mais ou menos visível. Lugar que, sobre este potencial, é contornado por uma organização espacial, apresentada pela narrativa de João quando adentrando os espaços os referencia nomeando quem ocupa os quartos, se são meninos ou meninas, crianças menores ou maiores e, com isso, me inscreve numa reflexão já

apontada por Souza Lima (1989, p. 14) de que “o espaço organizado ou construído é mediado, qualificado, completado ou alterado pela relação que nele estabelece o indivíduo consigo próprio e com outros indivíduos”, qualificando-se, deste modo, como um ambiente.

É João grande o sujeito que me ensina que este lugar se constrói “a partir do fluir da vida e das relações que ali são travadas” (AGOSTINHO, 2005, p. 64). A partir destes indicativos é possível pensar que João grande, ao me apresentar os espaços na *Casa(Lar)*, autoriza-me a conhecer a habitabilidade do ambiente para além da materialidade do espaço expresso pelo adulto. João o faz a partir das relações sociais que ali são produzidas, quando aponta as camas e nomeia quem as ocupa: “*da Aline, da Dani, da Lola, daquela que eu não lembro o nome, da chata da Amábile, de todas elas mais grandes*”.

A narrativa do João também evidencia a produção destas relações sociais no interior deste contexto ao se referir sobre como as crianças transgridem⁶ a prescrição institucionalizada dos espaços: “*a noite, às vezes, a gente brinca cada um na sua cama, quando a tia deixa*”. Observa-se nesta situação que brincar aparece contornando o que é prescrito para aquele lugar: dormir. Porém, se no espaço institucionalizado o quarto é tido como espaço para dormir, na forma como as crianças se colocam **EM Casa**, este mesmo espaço ganha outro uso: lugar também para brincar.

Outro elemento que encontro neste registro é a questão da marca distintiva geracional que é demarcada quando João e eu passamos pela porta do banheiro e ele, através de uma fala marota, pergunta: “*aqui a tia sabe o que é, né?*”. Neste momento João grande interroga o que eu sei sobre aquele lugar (o banheiro). Não fez isso apenas uma vez, repetiu com o olhar e com um meio sorriso, quando novamente se referiu ao outro banheiro. Essa narrativa de João provocou pensar na desconstrução da verticalidade entre o mundo dos adultos e das crianças, de como os adultos utilizam os espaços, no caso o banheiro, e de como as crianças fazem isso. Na expressão interrogativa, trazida pelo “né?” dito por João no final da frase, pode ser compreendida como uma possibilidade de reciprocidade das ações de adultos e crianças.

Este modo como o João grande apresenta o espaço da *Casa* indica outros sentidos que as crianças atribuem a este lugar, próprios da sua condição de criança que

⁶ Neste estudo a palavra transgressão assumirá o significado original do latim (*transgredi*), indicando a “ação que leva uma pessoa a atravessar uma fronteira para outros mundos”, contrariando a “ideia de subversão, violação, infração de princípios ou normas, presente nos dicionários jurídicos”, conforme anunciam Paula e Silva Filho (2010, p. 35).

habita este local, lhe dando uma identidade e pertença peculiar, distinto dos demais grupos sociais, “na medida em que existem artefatos, locais, movimentos que são típicos de crianças, reconhecidos e nomeados por elas”, como defendido por Lopes (2011, s/p).

Este mesmo autor auxilia na compreensão do que estou significando como estar **EM Casa**, visto que para ele a experiência do espaço ultrapassa os limites da medida, da extensão ou da superfície ocupada e assume a intensidade com que “os elementos na paisagem não são concebidos como ilhas isoladas, mas continentes que se estendem além de seu interior e de suas paredes”.

No contexto de acolhimento investigado, a partir de um *olhar descomparado* sobre os encontros entre as crianças e sobre seus modos de *despraticar normas* e de *botar encantamento nas coisas*⁷, pude perceber que:

[...] nos processos de subversão da ordem previamente instituída, estão presentes não só o acesso ao espaço vedado, mas também na forma original dos objetos, nos artefatos de infância e nas maneiras como são utilizados, como os brinquedos presentes nos parques, nas praças e em outros locais, que geralmente fogem ao padrão inicial; sua função primária. (LOPES, 2011, s/p).

Nesta prática espacial assumida pelas crianças, em que elas produzem uma espacialidade não existente e que ocorre a partir de suas escalas cotidianas, de suas relações entre pares, do mundo adulto e da sociedade em que se inserem, é que encontrei subsídios para dizer da possibilidade de as crianças fazerem da *Casa(Lar)* a sua casa; isto é, dizer que as experiências de acolhimento EM uma *Casa(Lar)* tem como prerrogativa o protagonismo das “crianças que se apropriam, reinventam e reproduzem o mundo que as rodeia” (SARMENTO, 2004).

Ainda em relação ao uso das preposições *NA* e **EM Casa**, insere-se a reflexão acerca do tempo como uma categoria que merece um olhar mais apurado nas discussões que envolvem o acolhimento institucional, não o tratando somente a partir da perspectiva da cronologia, mas, sobretudo, pela sua intensidade.

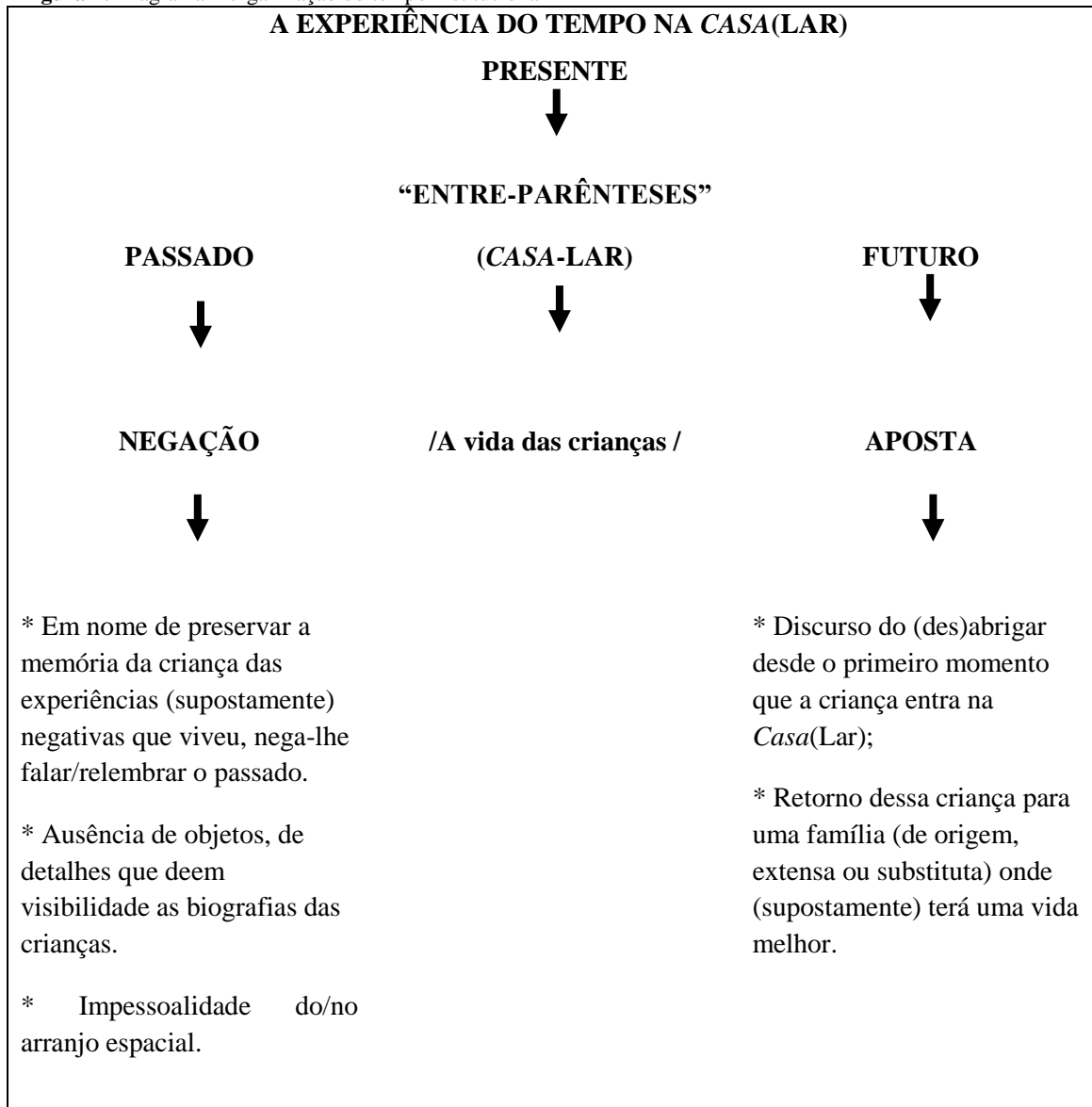
O tempo institucional parece colocar o tempo presente de vida das crianças em suspensão **NA Casa**, ou analogicamente falando, colocar este tempo de vida presente

⁷ Expressões tomadas de Manoel de Barros (2003).

“entre parênteses”. O direito de (re)lembrar o passado, em muitos momentos, parece negado; o futuro se mostra como uma aposta; e o presente fica em suspensão.

O diagrama abaixo desenha a leitura feita sobre esta questão.

Figura 1: Diagrama – organização do tempo institucional



Fonte: Banco de dados/registros da autora.

A construção deste diagrama está amparada nas impressões produzidas a partir da escuta atenta às crianças e aos adultos que habitam a *Casa(Lar)* e, no que se refere à percepção em torno da **negação ao passado**, fui tendo indícios de que em nome da preservação da memória da criança e das suas experiências anteriores ao seu ingresso no abrigo — experiências estas marcadas pelo abandono, negligência, violências — geralmente, evitava-se deixar vir à tona qualquer elemento que possa remeter os pensamentos àqueles tempos que precisam ser esquecidos, suprimidos das suas vidas.

Alguns registros contribuem para ilustrar essas situações, embora se tenha consciência de que é difícil, através desses curtos excertos, dar o valor merecido às conversas tidas no contexto da *Casa(Lar)*.

A gente tem que cuidar bem e tentar ao máximo não deixar margem para elas [as crianças] voltarem a lembrar das coisas ruins que viveram. Tipo assim, a Lola chegou aqui pequena, no começo a mãe veio visitar, depois foi passando o tempo e ela foi ficando aqui. Mas, assim, às vezes, quando ela brinca, eu percebo que ela sabe que foi abandonada pela mãe. Então, eu faço de tudo para não dizer ou fazer coisas que possam levar ela a lembrar dessa história, antes de entrar aqui na casa. (Fala de uma das educadoras em uma conversa informal comigo e com uma voluntária na sala de TV. Registro de 07/03/2012).

Deve ser dura a vida dessas crianças antes de virem para cá. Então, é melhor nem falar muito dos pais, da família, porque deve ser bem triste relembrar essas histórias. Eu prefiro falar outras coisas, rir, brincar. E quando elas puxam o assunto de casa, eu acho melhor desviar a atenção e então proponho fazer coisas bem legais, como brincar, por exemplo. (Fala de uma voluntária em conversa informal com uma educadora. Registro de 17/11/2011.).

João assiste TV (cine desenho), sentado no sofá no início da tarde. Aline, sua irmã, entra na sala e para bem em frente dele, impedindo-o de ver o programa televisivo. João a empurra levemente para o lado, mas Aline volta a ocupar o espaço inicial. João fala alto com ela, dizendo: “*se não sair eu vou te dá uma surra daquelas*”. Aline prontamente responde que duvida que ele faça isso. João se levanta do sofá e empurra-a novamente, agora mais forte. Aline se desequilibra e quase caindo, se segura na roupa de João. Ambos xingam-se oralmente e Aline senta-se no sofá, ao lado de João. Começam, então, a atribuir adjetivos um ao outro: “*feio*”, “*boba*”, “*retardado*”, “*titica*”. Aline para de falar e fica pensativa, enquanto João dispara uma sequência de outros adjetivos, ditos rapidamente: “*tola, metida, burra, preguiçosa*”. Aline o interrompe, dizendo: “*ques que eu mando a Bete [profissional da Casa(Lar)] te devolver para casa, é? Tais doidinho pra isso, né?*”. Sendo que João diz: “*eu, não. Melhor tu ficar bem caladinha e nem falar de casa, viu?*”. (Diário de Campo, 19/07/2011).

Ainda em relação ao passado, outro aspecto que contribui para pensar acerca desta “negação” pode ser observado ao tomarmos como ponto de partida o arranjo espacial da *Casa(Lar)*. Uma das marcas fortes deste arranjo consistia na ausência quase absoluta de objetos, de detalhes que dão visibilidade as biografias das crianças, como já dito. As paredes careciam de porta-retratos com fotografias das vivências infantis, seja daquelas que registrassem fatos anteriores ao ingresso das crianças nesse espaço, seja daquelas que emoldurassem o vivido no momento em que estivessem habitando a *Casa(Lar)*.

O futuro como uma aposta pode ser traduzido pelo discurso do (des)abrigar desde o primeiro momento que a criança entra na *Casa(Lar)* e seu retorno para uma família (de origem, extensa ou substituta) onde (supostamente) terá uma vida melhor, atendendo ao preceito legal que preconiza reiteradamente a ideia de provisoriedade, excepcionalidade, brevidade do tempo de permanência das crianças nas instituições.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

[...]

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são **medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta**, não implicando privação de liberdade. (Lei 12.010/2009 – grifos meus)

Também alguns documentos oficiais nacionais e internacionais, orientadores das práticas de institucionalização de crianças temporariamente afastadas do convívio familiar, vêm reforçar o definido em lei. Vejamos alguns exemplos, partindo do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC - CONANDA/CNAS, 2006), das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (aprovada pela Resolução Conjunta Nº 1, de 18 de junho de 2009 – CONANDA/CNAS) e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre o emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças (ONU, 2007):

Seu objetivo [das entidades de acolhimento] **deve ser a prestação provisória de cuidados e contribuir ativamente para a reintegração da criança na família ou, se isso não for possível, para colocá-la sob cuidados estáveis num contexto familiar substituto**, preferencialmente por meio da adoção ou *kafala*⁸ (ONU, 2007 – grifos meus).

A proposta é reordenar os serviços de acolhimento institucional (abrigo, casa lar) partindo do princípio de que **toda situação de afastamento familiar deve ser tratada como excepcional e provisória, sendo imprescindível investir no retorno das crianças e**

⁸ Trata-se de um termo islâmico jurídico e significa “*adoção legal*”.

adolescentes ao convívio com a família de origem e, esgotada essa possibilidade, o encaminhamento para família substituta (CONANDA / CNAS, 2009, p. 15 – grifos meus).

Os documentos citados, reiteradamente, atribuem uma temporalidade provisória à situação de afastamento das crianças de suas famílias, visto que o tempo de permanência na instituição constitui-se como um tempo de passagem e, como tal, cabem alguns questionamentos: se do ponto de vista dos adultos o passado é negado e o futuro é uma promessa, o que significa para as crianças viverem suas infâncias na provisoriedade do tempo presente? Que experiências elas vivem nesta temporalidade? Que sentidos elas dão para este tempo-espço? Que (*inter*)ações são construídas entre crianças com histórias que se assemelham?

Para conclusão, no decorrer dos quatorze meses do processo de investigação no campo, o esforço residiu na realização de um exercício de tradutibilidade em torno dos modos usados pelas crianças *para encher o tempo e inventar suas teorias*⁹ nas manhãs, tardes e noites vividas em um contexto de acolhimento institucional em que a relação entre cotidiano e rotina é assimétrica e evidencia um descompasso entre a lógica espaço-temporal dos adultos e os *jeitos inventados de ser criança* na Casa(Lar), a maneira como vão forjando um “poder-fazer-de-outro-modo” (KOHAN, 2007) a sua condição infantil naquele lugar, confirmando suas relações de pares, suas relações com os adultos, com os espaços e com os tempos lá vividos.

REFERÊNCIAS CITADAS:

AGOSTINHO, Kátia Adair. **Creche e Pré-escola é "lugar" de criança?** In: FILHO, Altino José Martins. (Org.). **Criança Exige Respeito: temas em educação infantil**. 1ed. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 63-75.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil**. Campinas – SP, 2000. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, FE – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**. Brasília: Governo do Brasil: 1990.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 12ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância: Ensaio de Filosofia e Educação**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2007.

⁹ Novamente recorrendo à Manoel de Barros (2003).

LOPES, Jader Janer Moreira. **O menino que colecionava lugares**. In: GOULART, Lígia; TONINI, Ivaine; MARTINS, Rosa; CASTROGIOVANNI, Antonio; KAERCHER, Nestor. **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

PAULA, Elaine de; SILVA FILHO, João Josué. Práticas educativas entre crianças e adultos: encontros e desencontros. In: **Revista eletrônica Zero-a-Seis**, nº 22. jun./dez. 2010. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - CED/UFSC

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006 (Coleção para um novo senso comum; vol. 4).

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade**. In: SARMENTO, Manuel; CERISARA, Ana Beatriz (Org). **Crianças e miúdos: Perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.p. 9-34.

SOUZA E LIMA, Mayume. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

VALLE, Marcos; SÉRGIO, Paulo. Terra de ninguém. Intérprete: Elis Regina. In: Jair Rodrigues e Elis Regina. **Dois na bossa**. Philips records albuns, Brasil, 1965. Faixa 04.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS:

BRASIL. Presidência da República / Casa Civil. **Código de Menores**. Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Índice elaborado por Edson Sêda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. Presidência da República / Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Sêda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. Presidência da República / Casa Civil. **Lei Federal nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**. Brasília: MDS / CONANDA, 2006. Disponível em: < http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/convivencia_familiar.pdf>. Acesso em: 4 de maio de 2010.

BRASIL. **Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças**. Apresentado pelo Brasil ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU em 31.05.2007. Brasília: CONADA, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Rose/Desktop/DC_projeto_diretrizes_UNU_condicoes_cuidados_crianças_adolescentes.pdf>. Acesso em: 4 de maio de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2008/2009. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/documentos/orienta%C3%A7%C3%B5es_acolhimento_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 4 maio 2010